

A INCLUSÃO A PARTIR DO BRINCAR LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marlene Alves Fagundes¹
Adriana Priscilla Duarte de Melo²

Resumo: Este trabalho nasceu de um questionamento de como as crianças com deficiência são incluídas no ensino regular, mais especificamente na Educação Infantil, a partir de uma revisão bibliográfica com autores como Batista e Emuno, Barros et al, Kishimoto, entre outros com objetivo de ampliar o entendimento da inclusão no processo a partir do lúdico, pois o brincar é aspecto fundamental da infância. Assim, foi necessário traçar um breve panorama da inclusão de crianças com deficiência no Brasil, entender as dificuldades encontradas pelas escolas para a inclusão e dissertar sobre a importância da ludicidade para a educação de crianças com deficiência. O lúdico favorece a inclusão, pois se torna um intermediário entre o professor e o aluno e oferece oportunidade de valorizar a vida e participação das crianças com deficiência nas aulas e atividades.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Ludicidade.

1 - Introdução

Ao se pensar em educação infantil é preciso considerar que todas as crianças têm direito a educação, nesta perspectiva as crianças com necessidades especiais também são incluídas neste cenário uma vez que possuem os mesmos direitos básicos como qualquer outra criança, porém é sabido, a partir de experiências adquiridas na disciplina de Estágio I, com a participação em Conselhos de Classes, onde foi colocado pela escola (Escola Estadual Joaquim Queiroz), que para aceitar uma criança com deficiência é preciso antes ver a condição que a escola está, condição física e funcionário apto para acompanhar essa criança, cada deficiência exige um cuidado especializado, então a escola analisa todas essas informações para aceitar ou não a criança, muitas escolas não estão preparadas para receber as crianças com deficiência.

¹ graduanda/o do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: ma.fagundes@hotmail.com

² Especialista em Educação Infantil, Psicopedagogia, Design Instrucional, Supervisão Escolar e Atendimento Educacional Especializado. É mestre em Letras como bolsista CAPES pela Unincor e professora EBTT no Núcleo de Educação da Infância da Universidade Federal de Lavras, e-mail:pryscilladuarte@ufla.br.

O intuito deste artigo nasceu de uma indagação de como essas crianças são recebidas na escola e como a ludicidade, aspecto tão importante na educação infantil, pode ajudar neste processo de aprendizagem. Neste sentido o objetivo deste artigo é ampliar o entendimento da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil do ensino regular a partir do brincar lúdico, traçar um breve panorama da inclusão de crianças com deficiência no Brasil, entender as dificuldades encontradas pelas escolas para a inclusão e dissertar sobre a importância do brincar lúdico para a educação de crianças com deficiência. Este tema é de bastante relevância levando em consideração que a inclusão ainda não é efetiva em todas as instituições, então, falar sobre a inclusão, qualquer que seja a abordagem, sempre será necessário, pesquisar sobre o brincar dessas crianças que já estão sendo incluídas, não o brincar qualquer, mas o brincar pedagógico, da importância que a brincadeira e os jogos têm na aprendizagem e no desenvolvimento dessas crianças. Acredita-se que o lúdico pode trazer para a criança com deficiência uma maneira de aprender e interagir de forma mais leve e com mais interação, pois brincar sempre foi para a criança uma forma de interagir com os adultos, elas se comunicam brincando e nós utilizamos nosso conhecimento para fazer a leitura dessa linguagem. Conforme cita Winnicott (1975), “as brincadeiras servem de elo entre, por um lado, a relação do indivíduo com a realidade interior, e por outro lado, a relação do indivíduo com a realidade externa ou compartilhada”.

Neste sentido, o brincar lúdico se transforma em uma ferramenta da aprendizagem, pois através dele conseguimos entrar em um mundo que é próprio da criança e mediar a aprendizagem e levá-la ao desenvolvimento.

Para a pesquisa foi elaborada a seguinte questão: “como acontece a inclusão de crianças com deficiência a partir do brincar lúdico? Assim, o objetivo da pesquisa partiu dessa questão norteadora, ou seja, ampliar o entendimento da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil do ensino regular a partir do brincar lúdico, traçar um panorama da inclusão de crianças com deficiência no Brasil, entender as dificuldades encontradas pelas escolas para a inclusão e dissertar sobre a importância do brincar lúdico para a educação de crianças com deficiência.

Optou-se por fazer uma revisão bibliográfica sobre o assunto, por acreditar que fazer uma revisão de literatura pode acrescentar muito à formação de todo estudante.

O tema inclusão embora possa não parecer totalmente efetivo nas escolas é encontrado em inúmeras publicações a respeito, sobre o lúdico na inclusão o que se pretende conhecer mais profundamente, pois é um tema que se pretende conhecer sempre mais, pois é sabido da importância da ludicidade na educação e a ludicidade na inclusão como forma de desenvolvimento social será o foco da pesquisa.

2 – A ludicidade

Falar do lúdico na educação infantil é bem pertinente, pois é na infância que o brincar está (ou deveria) presente o tempo todo pela condição do aluno, o ser criança, e a brincadeira faz parte da infância como coloca Kishimoto (2010), o brincar é inerente à criança, toda criança brinca de maneira interessada e desinteressada ao mesmo tempo, pois a criança sabe o que quer e não utiliza da brincadeira para manipulação, brinca utilizando sua pureza e inocência. A ludicidade na educação não tem idade, está presente desde o berçário até a educação de jovens e adultos.

Kishimoto (1994), traz uma tentativa de definir jogo, brincadeira e brinquedo, quando se diz tentativa é pelo fato dos limites da definição serem tênues, ela fala do jogo de forma abrangente, coloca que jogo pode ser entendido de diversas maneiras como jogos esportivos, jogos estratégicos de algumas profissões, os jogos utilizados pelas crianças, o jogo tem diferente significado dependendo do contexto em que se está inserido, este significado é complexo podendo até deixar de ser um jogo ou uma brincadeira dependendo da cultura em que se aplica, em algumas culturas, o jogo na infância passa a ser questão de sobrevivência, em algumas tribos indígenas, por exemplo, as crianças desde cedo praticam arco e flecha para prática da caça, enfim, em cada contexto o jogo tem suas suas particularidades e suas regras, o jogo desenvolvido pela criança tem um significado para ela diferente dos jogos de adultos, para os adultos, na maioria das vezes, os jogos são de competição, seja para uma vitória de um campeonato, seja para um benefício pessoal, para as crianças o jogo é uma imitação da vida que presencia, pode ser por indução como aprender as atividades de um adulto ou pelo fato de querer brincar de maneira autônoma como uma forma de desenvolvimento do cognitivo, aqui entra os brinquedos como forma de aproximar a realidade vivenciada ao

mundo da criança, os brinquedos são os objetos manipulados e cheios de significados para a criança.

O jogo e os brinquedos também tem seu papel educativo, neste caso o educador usa o jogo para ensinar conteúdos das disciplinas escolares, este é o objetivo dos jogos na educação infantil. Assim como o jogo, os brinquedos “supõe uma relação com a criança e uma abertura, uma indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organizam sua utilização.” (KISHIMOTO, 1994, p. 108)

3 - Educação Infantil

No período que antecede a Constituição Federal de 88, a Educação Infantil era um preparo para o ensino fundamental como cita Barros (2009), pressionados pelo capitalismo tanto a escola quanto a família empurra para esse ideário.

Essa concepção higiênica da década de 1920 e 1930 ainda está presente em nossas escolas. Porém, algo mais preocupante se instala, atualmente – a antecipação da escolarização, ou seja, está sendo deixado de se oportunizar nos espaços da educação infantil, atividades potencializadoras do desenvolvimento integral da criança, atendendo suas necessidades, para ser realizadas atividades prontas, com a intenção de alfabetizar as crianças. (BARROS, 2009, p. 49)

A oferta, além de restrita e de preparação para o Ensino Fundamental, era pautada na diferença de classes e de caráter assistencialista. A partir da promulgação da Carta Magna, o direito à educação das crianças de até 5 anos foi garantido pela Constituição, porém esse direito não obriga o Estado a ofertar para todas as idades, sendo obrigatório a oferta somente a partir dos 4 anos, ficando assim a creche de 0 a 3 anos sem uma garantia expressa de oferta. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil compreende um dos níveis da educação básica, compreende o primeiro nível do ensino regular e “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996). A educação infantil é composta pela creche – crianças de 0 a 3 anos de vida e pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de vida. Na Diretriz Curricular Nacional para

Educação Infantil – DCNEI (1998), é expresso três princípios que é preciso observar nas práticas pedagógicas que são: princípio ético, político e o estético como especificado abaixo:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidade. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (DCNEI, 2010, pág. 16)

Além destes três princípios expressos pela DCNEI (1998), na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2010), estão expressos seis direitos de aprendizagem que precisam também ser garantidos nas atividades desenvolvidas, o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, nestes direitos, do brincar ao aprender, todos os momentos são de fundamental importância e precisam ser bem trabalhados para o bom desenvolvimento da criança. Segundo a BNCC (2018), nestes direitos, o brincar é expressar-se ludicamente, expor a imaginação nos diversos ambientes e com diversas pessoas de seu meio para desenvolver-se naturalmente. Brincar de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com seus pares e adultos, ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Nas DCNEI (2010), que contempla as práticas na educação infantil, o movimento é trazido como inúmeras possibilidades para desenvolver as atividades. O movimento faz parte da vida da criança desde sua concepção, ao nascer estes movimentos são sinais de atividade humana que vão se intensificando e incorporando neles usos de objetos e da imaginação para ampliar o conhecimento e o contato com o mundo. Para explorar o mundo ao redor, as brincadeiras é o mais importante meio que a criança utiliza, “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira.” (DCNEI, 2010, pág. 23).

Como se percebe, o movimento e as brincadeiras são essenciais no desenvolvimento da criança, ao restringir estas atividades está impedindo o desenvolvimento normal da criança. A criança de berçário precisa se movimentar livremente, fora de um espaço que

limite seu movimento, como o berço, por exemplo, ela precisa interagir e brincar com outros bebês em um espaço mais amplo. A criança nesta fase precisa de um adulto o tempo todo ao seu lado, mas à medida que cresce vão se tornando independente dos adultos, quando pequenas é através dos movimentos que sinalizam aos adultos que necessitam de um cuidado ou outro, utilizando a expressão facial ou expressão do corpo, na medida que crescem estas expressões continuam e é possível perceber a importante influência cultural que a criança adquire nos movimentos e nas brincadeiras, “é muito importante que, ao lado das situações planejadas especialmente para trabalhar o movimento em suas várias dimensões, a instituição reflita sobre o espaço dado ao movimento em todos os momentos da rotina diária...” (DCNEI, 1998, pág. 19). É natural da criança não conseguir ficar parada por muito tempo no mesmo lugar, isso justifica-se pela necessidade de movimentar-se para desenvolver, a criança é ativa, limitar essa necessidade é impedir o desenvolvimento normal da criança.

Para os alunos com deficiência todos os brincar são de igual importância, os autores Andrade, et al, (2017) citam uma prática, “Pesquisa na Oficina Vivencial/ IHA, em parceria com a UERJ”, realizada com alunos que apresentavam dificuldades de comunicação ou que não se comunicavam. Eles citam as dificuldades para atender estes alunos uma vez que não existia um diálogo natural, então utilizaram o brincar como forma de comunicação com essas crianças, o convite ao brincar fez com que as próprias crianças abrissem uma oportunidade para que os professores entrassem no mundo delas e a partir daí a aprendizagem poderia acontecer. Com o brincar, “a interação social é estabelecida e o comunicar vai além das palavras. Gestos, olhares, movimentos, risos... por meio da brincadeira e das atividades lúdicas, o corpo todo fala. (ANDRADE, et al, 2017, pág. 262).

Ainda segundo estes autores, é a partir do lúdico, das brincadeiras que é possível uma comunicação mais efetiva com a criança com dificuldades de comunicação, as brincadeiras traduzem de forma simbólica os sentimentos, as experiências, tudo que não pode ser expressado por palavras é feito a partir do lúdico e com isso o desenvolvimento da aprendizagem é possível.

4 – Educação Inclusiva

No Brasil a história da educação especial teve início ainda no período imperial com várias instituições de caridade que recebiam crianças e adultos que apresentavam qualquer alteração física, mental ou qualquer outra morbidade.

Exemplo destas instituições foi “o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC), foi inaugurado solenemente no dia 17 de setembro de 1854, com as presenças do Imperador, da Imperatriz e de todo o Ministério, além das autoridades da Corte” (SANTOS 2020, p. 61), estas crianças que eram cuidadas recebiam educação de alguma forma, foi nestas instituições que a educação de pessoas com deficiência teve início, pois o cuidado com estas crianças mesmo tendo um enfoque médico possibilitou a interlocução com a educação como cita Rogalski (2010).

Também na Europa, por volta dos anos 60, nos países nórdicos a história da inclusão se inicia como cita Sanches e Teodoro (2006, p.64), que nestes países, “aposta-se na escolarização das crianças em situação de deficiência sensorial no sistema regular de ensino, iniciando-se, assim, o movimento da integração escolar... acompanhados por professores de ensino especial, previamente formados para isso.” Estes movimentos baseam-se no princípio de normalização, porém não significa tornar a pessoa deficiente normal, mas sim dar condições para que possa se desenvolver dentro de sua capacidade, ou seja, dar oportunidade para ter uma vida normal com suas limitações.

O movimento no Brasil que levou os alunos com deficiências a frequentar escola regular marca também por volta dos anos 60, porém o que o governo ofertava não atendia a maioria das crianças deficientes e o que se percebia era muitas delas sem um atendimento adequado como cita Barros, et al (2015, p. 148):

A expansão da Educação Especial pelo Governo Federal brasileiro ...não foi suficiente para atender a maioria das pessoas "excepcionais", ficando estas fora do sistema de ensino. Isto por haver, naquele período, um quantitativo reduzido, de escolas públicas voltadas também à Educação Especial que concorriam com a rede privada com esta modalidade de ensino.

Batista e Emuno (2004), colaboram dizendo que todas as pessoas com deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou normal possível na sociedade em que vivem, porém, normalizar para a pessoa com deficiência não quer dizer tornar normal,

significa dar à pessoa oportunidades iguais, garantindo seu direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade. A inclusão exige um esforço grande da escola, exige transformação, adequação do espaço físico, adequação curricular e adequação dos profissionais, pois a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino desafiando a todos para um novo olhar.

A LDB em seu capítulo cinco, nos artigos de 58 a 60 trata da educação especial na rede regular de ensino dos alunos com deficiência, porém refere também a coexistência de classes especiais fora da rede regular quando não for possível a inserção destes alunos, mas não especifica que particularidades são estas, neste sentido fica uma abertura para diversas interpretações. Nestas diversas interpretações, Quadros (2003) refere-se a uma cultura do silêncio imposta quando o assunto é inclusão em que profissionais da educação não deve se impor, cultura que tenta homogeneizar os alunos, porém deve se ter em mente que quando o aluno é especial a educação mesmo no ensino regular também precisa ser especial. Inclusão é fazer com que o aluno deficiente se sinta pertencente a sala, a escola e consiga se desenvolver dentro de sua capacidade.

Como cita Batista e Emuno (2004, p. 104) “o processo de inclusão/integração de crianças com deficiência no ensino regular possibilita-lhes interagir espontaneamente em situações diferenciadas, enquanto adquirem conhecimento e se desenvolvem.”

Este tema “Inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil do ensino regular a partir do brincar lúdico, ” foi pensado para teorizar e aprofundar a importância do brincar lúdico para a criança com deficiência na aprendizagem. Dias (2013) coloca que a ludicidade é mais que um ato de brincar com a criança, através das brincadeiras e jogos a criança desenvolve a cognição, a motricidade, desenvolve a capacidade de interação com o meio e com isso a capacidade de aprendizagem. Na educação o brincar é direcionado para a aprendizagem, o ato de interagir com o meio, por meio dos jogos e brincadeiras se torna eficaz no processo de ensinar, neste processo segundo esta mesma autora “é interessante que o jogo lúdico seja planejado e sistematizado para mediar avanços e promover condições para que a criança interaja e aprenda a brincar no coletivo, desenvolvendo habilidades diversas.” Ribeiro e André (2018) ressaltam a importância da ludicidade também para crianças com deficiência, devendo ser proporcionado a elas essa mesma condição, porém muitas

habilidades que uma criança “normal” possui, para uma criança com deficiência essas habilidades precisam ser desenvolvidas e/ou adaptadas para que consigam se desenvolver da melhor forma possível, não se busca nesta condição uma equiparação a outras crianças, mas sim uma condição que proporcione desenvolvimento tanto intelectual como motor para busca da autonomia frente às condições da vida social.

Para falar de inclusão e de ludicidade neste processo de inclusão é preciso colocar também as dificuldades das escolas do ensino regular em incluir crianças com deficiência, pois o que se percebe na realidade é que muitas crianças com deficiência estão fora das escolas regulares, isso demonstra que mesmo constando na legislação que é direito da criança independente de raça, sexo, condição especial, as escolas acabam não recebendo esta criança por diversas razões. Batista e Enumo (2004), colocam que incluir um aluno com deficiência, exige adaptação da estrutura da escola, tanto física quanto metodológica, exige uma “ruptura com o modelo tradicional de ensino”, pois quem tem que se adaptar é a escola, o aluno chega e precisa ser atendido como qualquer outro. Atitude excludente restringe a criança em condição especial ao convívio com outras crianças e desfavorecendo seu desenvolvimento normal, dentro da sua condição, e também restringe que crianças “normais” convivam e cresçam com esta interação favorecendo uma sociedade mais justa. Neste sentido, é preciso destacar a importância de adaptar o ambiente para que a criança se sinta livre nas brincadeiras, jogos e interajam com mais liberdade.

A criança se desenvolve através das brincadeiras, primeiro com um mundo só seu, depois colocando nesta brincadeira outros a sua volta e mais tarde envolvendo mais pessoas do ambiente social, Cintra, Oliveira e Veiga (2015, p. 163) citam que “o ato de brincar é cultural, as brincadeiras se diferem de região para região, as brincadeiras mudam conforme o local onde a criança”...”está inserida, assim como outros fatores, como o gênero, idade, um local que propicie à criança criar sua autonomia enquanto brinca.” Na sala de aula isso não é diferente, o ambiente precisa propiciar as brincadeiras e interações, o ato de brincar precisa deixar a criança entrar em um mundo só dela e o professor mediador interfere de forma que torne a brincadeira lúdica favorecendo a aprendizagem, existem caminhos que podem ser trilhados pelas escolas e o lúdico é o caminho bastante conhecido e é necessário fazer esta exploração e buscar práticas que incluam o aluno com deficiência de forma efetiva.

5 – O lúdico no processo de inclusão

Os alunos com deficiência precisam de sentir seguros no ambiente escolar e a educação inclusiva deve oferecer esse suporte ao desenvolvimento dessas crianças, considerando o contexto de um ensino dinâmico e significativo que promova a observação concreta e institucional da igualdade no ambiente escolar, formando uma posição de possibilidades de ensino que fomenta aprendizagem com especificidade em sentido educativo com mediação do conhecimento em sequência da ludicidade.

Com isso, é importante fundamentar uma sequência de conhecimentos em torno da ferramenta do lúdico na inclusão dos alunos com deficiência, entendendo que o contexto educativo e inclusivo precisa orientar uma perspectiva de adaptação curricular para atender as crianças em sua realidade, organizando um saber que identifica as necessidades dos alunos e oferta as possibilidades de criação de novos meios de inclusão que visem o desenvolvimento humano.

[...] a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas (PIRES; SANCHES; TORRES, 2011, p. 02).

Dessa forma, é importante trabalhar um objetivo de conhecimento dentro da educação inclusiva, onde os alunos consigam se sentir seguros e confortáveis, considerando a integração desses em sua realidade e favorecendo a diversidade educativa em torno do respeito, onde o lúdico é benéfico para às crianças com flexibilização dos jogos e brincadeiras em potencial de intervenções prática, fundamentando a promoção do conhecimento com inclusão e igualdade, sendo que esses alunos podem participar de seu processo de ensino com autonomia.

Considerando que o conhecimento da ludicidade na educação inclusiva promove junto as crianças um sentido de possibilidade, trazendo benefícios e uma eficiência de conhecimentos adaptados, promovendo uma diversidade pedagógica com acolhimento e entendimento significativo, organizando uma diferenciação de saberes com promoção de

igualdade e inclusão em sentido da valorização do conhecimento e da identidade dos alunos (OLIVEIRA; VEIGAS, 2015).

É importante que o pedagogo consiga ensinar com um olhar significativo, considerando os alunos da educação infantil e valorizando a inclusão, ensinar com o lúdico favorece o conhecimento e identifica a prática da autonomia, buscando aspectos pedagógicos em sentido significativo, ensinar com a inclusão deve gerar igualdade com propriedades de empatia, favorecendo o aprendizado e definindo o benefício do lúdico.

A atividade lúdica tem sido um dos focos de atenção para pesquisadores do desenvolvimento, principalmente em relação às crianças com processo evolutivo atípico. Como atividade que se inicia na infância, o brincar é uma forma de comunicação, expressão e aprendizagem que a criança utiliza para realizar intercâmbios com o ambiente que a cerca e com as pessoas que fazem parte de seu cotidiano (JURDI; DOMINGOS; PANCIERA, 2019, p. 120).

As crianças que são atendidas pela inclusão podem apresentar deficiência, transtorno ou síndrome, e precisa ter um acolhimento significativo que seja benéfico para o desenvolvimento de suas competências, reconhecendo suas limitações e também suas potencialidades. Para aprender na inclusão da educação infantil a criança precisa de um processo de ensino e aprendizagem que seja lúdico, envolvendo potenciais de diversão por meio de brincadeiras e jogos, propondo igualdade e socialização.

É importante entender que a inserção dos alunos na inclusão deve ser analisada de forma concreta, considerando uma adaptação do currículo educativo para o processo de ensino-aprendizagem, formando uma sequência de conhecimento com identificação a trajetória de saberes que devem ser desenvolvidos pela ludicidade como uma fonte estratégia de autonomia (KISHOMOTO, 2003).

Apesar de ser amplamente conhecida a importância do brincar como favorecedora do desenvolvimento infantil, buscou-se neste estudo registrar evidências de quais ações, atividades e brincadeiras produzem efeitos específicos no desenvolvimento de um grupo de crianças característico, que são as crianças com Síndrome de Down (JURDI; DOMINGOS; PANCIERA, p. 27).

Portanto, é notável que as crianças com deficiência precisam ser compreendidas em sua totalidade de identidade, onde a ludicidade se torna uma aceitação da igualdade em torno do processo de ensino e aprendizagem, considerando um atendimento sistemático do conhecimento com evidências e fundamentos de empatia e respeito. É preciso entender que as características apresentadas na educação infantil devem assimilar a produtividade de conhecimentos humanos em torno do respeito com valorização da vida na inclusão.

A Educação infantil e inclusiva precisam apresentar possibilidades de formação humana, considerando uma escolarização divertida com uso do lúdico como instrumento educativo, promovendo e apresentando uma influência de contribuições de conhecimento que promovam a formação da identidade dos alunos com diversão e conforto escolar.

O lúdico pode ser utilizado na educação inclusiva como um recurso para facilitar e flexibilizar o processo de ensino e aprendizagem no contexto metodológico, buscando ofertar um campo educativo para as crianças da educação infantil em termos de diversão e enriquecimento da autonomia com especificidades as experiências que ocorrem na construção do saber.

É importante compreender que a educação inclusiva possui seus aspectos de acolhimento e asseguramento ao processo de aprendizagem dos alunos e a mesma, inserida na educação infantil, deve entender o lúdico como um instrumento o que possibilita estratégias pedagógicas junto a prática e a contemplação da participação da criança em seu desenvolvimento e aprendizado.

Foi possível reconhecer que mesmo dentro de toda complexidade das relações humanas, o papel da educação é inigualável e insubstituível. Para que este papel tão importante da educação aconteça na prática é preciso qualidade, eficiência, competência, diálogo e afetividade para transformar sonhos em alegrias concretas. O processo de ensino/aprendizagem requer o entendimento de que ensinar e aprender não significa acumular informações memorizadas, mas sim fazer o aluno buscar novas alternativas, fazer escolhas frente a novas situações apresentadas (ROGALSKI, 2010, p. 12).

Dessa forma, o lúdico trabalha uma eficácia de possibilidades no desenvolvimento humano e propõem a educação inclusiva práticas interativas que são condizentes a aprendizagem significativa com valores sociais e de valorização da identidade da criança.

Com isso, na educação inclusiva o lúdico deve tornar as aulas prazerosas e divertidas, retirando paradigmas e padrões educacionais, promovendo igualdade e interatividade com ordenação de brincadeiras e jogos que introduzem experiências de conhecimento.

Evidentemente, o desenvolvimento do uso do lúdico na educação inclusiva precisa estar alinhado às perspectivas curriculares coordenadas pela necessidade de cada aluno com deficiência, ressaltando um fenômeno de criatividade que aumenta as possibilidades de aprendizagem e oferece ao aluno da inclusão oportunidades de socialização, valorizando a aprendizagem e favorecendo independência dessa criança no ambiente escolar com conforto.

Ao assumir a função lúdica e educativa, o brinquedo educativo merece algumas considerações: função lúdica: quando propicia diversão, prazer e até desprazer, quando escolhido voluntariamente e função educativa: o brinquedo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo (KISHIMOTO, 2003, p. 37).

Todavia, ao considerar que o lúdico é uma possibilidade alternativa de promover na educação infantil uma perspectiva de inclusão na prática, é possível entender que a criança com deficiência precisa participar de um processo de ensino e aprendizagem que seja acolhedor e significativo. O lúdico é capaz de favorecer uma autonomia em valorização da dignidade das crianças com deficiência, ressaltando uma capacidade de aprendizagem significativa.

O lúdico na inclusão favorece as possibilidades de organizar a construção do conhecimento em torno da identidade das crianças, faltando a concepção de ensino com jogos e brincadeiras que estimulam a aprendizagem, imaginação e a autonomia na educação infantil e inclusiva. Com isso, o lúdico se torna mais do que um instrumento educacional, mas uma referência pedagógica que deve ser inserida como fonte de conhecimentos e organização do currículo infantil e inclusivo, integrando a criança junto ao seu mundo social com imaginação e habilidades.

Ao incorporar a criança num mundo de pernas para o ar, nós não só não prejudicamos o seu trabalho intelectual como, ao contrário, contribuímos para ele, uma vez que na própria criança existe a aspiração a criar para si esse mundo às avessas, para assim afirmar com mais segurança nas leis que regem o mundo real (CINTRA; OLIVEIRA; VEIGA, 2015, p. 163).

É preciso considerar que na educação inclusiva a ludicidade alcança em sua perspectiva de possibilidades, uma alternativa de aprendizagem junto ao modo absoluto de um processo de ensino dinâmico, trazendo ao aluno com deficiência uma possibilidade de aprender com formação de capacidade de jogar, brincar, entre outros. Com isso, o lúdico oferta estímulos educacionais significativos com possibilidades de intervenções ao desenvolvimento social do aluno.

percebendo seus benefícios para todas as crianças e indubitavelmente para este público. Compreende-se que brincando com jogos as crianças elaboram raciocínio lógico e melhoram sua comunicação, desta forma estão se socializando e aprendendo de forma significativa. A aprendizagem da criança deficiência ocorre em um ritmo diferenciado e a escola deve se empenhar no sentido de trazer e oportunizar atividades lúdicas incentivando assim para um aprendizado mais significativo que desenvolva habilidades essenciais para o desenvolvimento do processo educacional (RIBEIRO; ANDRÉ, 2018, p. 553).

Evidentemente, a educação inclusiva requer uma ludicidade que alcance a funcionalidade do processo de ensino e aprendizagem, buscando a formação de conjuntos educativos de informações que se encaixam a um ensino divertido e criativo, onde a criança com deficiência tem a oportunidade de participar e compreender brincadeiras e jogos, com igualdade e empatia.

Portanto, é possível compreender que a educação inclusiva e o acesso de crianças com deficiência na educação infantil precisa ser organizado em perspectivas de atender ao aluno e promover seu desenvolvimento significativo, com acolhimento. Sendo assim, é possível dissertar sobre a inclusão e o lúdico de forma argumentativa em vista dos direitos à educação que devem ser específicos a motivação de aprendizado com ludicidade e igualdade.

Considerações finais

Nesse texto foi possível entender que os princípios da educação inclusiva e infantil devem ter uma perspectiva de cuidados com os alunos que são atendidos no ambiente escolar, favorecendo um processo de ensino e aprendizagem que tenha modalidades educacionais significativas, favorecendo o uso da ludicidade como fonte de conhecimentos, que aborda uma possibilidade de incluir os alunos com deficiência em cuidados específicos ao seu desenvolvimento cognitivo e de autonomia.

Portanto, o escrito trouxe uma análise sobre o brincar na educação infantil, considerando a inclusão dos alunos com deficiência e a relação do lúdico no processo de ensino e aprendizagem, contextualizando uma relevância de conhecimento atendendo a necessidade dos alunos, efetivando uma abordagem de tornar o ensino acessível para as crianças com interação e autonomia. O lúdico é benéfico para as crianças e precisa se comunicar em sentido de diversão ao processo de ensino, buscando uma aprendizagem significativa.

A inclusão de crianças com deficiência a partir do brincar lúdico precisa ser efetiva, significativa e necessária, conduzindo uma perspectiva educativa que compreende o desenvolvimento dos alunos com alternativas de cuidados e asseguramento do aprendizado com conforto e acessibilidade. A educação infantil favorece a inclusão com uma oportunidade de valorizar a vida e participação das crianças com deficiência nas aulas e atividades, conduzindo saberes concretos e significativos.

Como se percebe, inclusão é um assunto bastante discutido entre diversos autores, cada um com seus argumentos que foram objetos de estudo, neste sentido ao fazer o estudo bibliográfico é preciso focar no objetivo para não aprofundar demais e se perder nas pesquisas. Inclusão é um tema que sempre vale a pena discutir, pois embora a norma regulatória exista desde 2001 poucas escolas se arriscam em incluir essas crianças, é evidenciado mais em escolas públicas e o mínimo necessário. Porém o trabalho é focado nas que já estão sendo incluídas mostrando que incluir não é só colocar a criança dentro da escola e sim utilizar uma metodologia, um planejamento curricular para o desenvolvimento da

criança, neste sentido a ludicidade tem mostrado ser bastante efetiva neste aspecto, pois muitas vezes as crianças com deficiência se comunicam somente através de brincadeiras.

Link do vídeo:

<https://youtu.be/OZRr1Qay3so>

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. F., COSTA, V. Q., and SCHIRMER, C. R. **Vamos brincar? O uso da Comunicação Alternativa para favorecer a brincadeira de crianças com dificuldade na comunicação oral.** In: NUNES, L. R. O. P., and SCHIRMER, C. R., orgs. Salas abertas: formação de professores e práticas pedagógicas em comunicação alternativa e ampliada nas salas de recurso multifuncionais [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 259-271. ISBN: 978-85-7511-452-0. Available from: doi: 10.7476/9788575114520.014. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/xns62/epub/nunes-9788575114520.epub>.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BATISTA, M. W. e ENUMO, S. R. F. **Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros.** *Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386>. Acesso em 14 abril 2021.

BARROS, FCOM. Cadê o brincar?: da educação infantil para o ensino fundamental [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 215 p. ISBN 978-85-7983-023-5. Available from SciELO Books .

BARROS, A. B; SILVA, S. M. M da; COSTA, M. P. R da. **Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas.** *Bol. - Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo , v. 35, n. 88, p. 145-163, jan. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 abr. 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

CINTRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes; OLIVEIRA, Allyne Nunes de e VEIGA, Elaine Cristina Freitas. **As contribuições do lúdico no processo de desenvolvimento das crianças com síndrome de Down na educação infantil.** *Horizontes*, v. 33, n. 2, p. 159-166, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/73/103>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

DIAS, Elaine. **A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil.** Revista Educação e Linguagem – Artigos – ISSN 1984 – 3437. Vol. 7, n ° 1 (2013) Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/index.php?sid=266>. Acesso em 30 de maio de 2020.

FABRIS, Fernando. **A noção de tarefa, pré-tarefa e trabalho na teoria de E. Pichon-Rivière.** Cad. Psicol. Soc. Trab., São Paulo, v. 17, n. spe. 1, p. 111-117, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17nspe/a12v17nspe.pdf>. Acesso em 27 de março de 2020.

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil.** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – perspectivas atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. Acesso em: 30 de março 2021.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 7ª edição. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013. Acesso em: 04 de maio de 2020.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristiana, da; BELLO, Suzelei Faria e HAYASHI, Maria Cristian Piumbato Innocentini. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento.** *RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação*, 10(2), 53-66. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

PIRES, E. C. S.; SANCHES, A. A.; TORRES, W. R. **Dificuldades dos portadores de necessidades especiais na inclusão educacional.** Unitins, 2011. Disponível em: <<http://ava2.unitins.br/ava/files/projetoconteudo/cccf876821308039570f71ae697d083.html>> Acesso em: 06 abr. 2021.

QUADROS, R. M de. **Situando as diferenças na educação de surdos: inclusão/exclusão,** Ed. Ponto de Vista, Florianópolis, 2003. p. 23 e 88. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246/3850>. Acesso em 15 de março de 2021.

RIBEIRO, A. L. B.; ANDRÉ, B. P. **O lúdico como estratégia para a aprendizagem de crianças com deficiência no atendimento educacionais especializado.** In: V Seminário Nacional de Educação Especial e do XVI Seminário Capixaba de Educação Inclusiva. Anais [...]. Vitória: UFES, 2018. p. 553-564. Acesso em 30 de maio de 2020.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da educação especial**. Revista de Id on Line Multidisciplinary and Psychology Journal 299 I Id on Line Rev. Psic. V.10, N. 33. Janeiro/2017 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica. Disponível em: em <http://idonline.emnuvens.com.br/id> Id on Line Multidisciplinary and Psychology Journal Educação do IDEAU, v. 5, n.º 12, jul-dez 2010. Acesso em 05 de abril de 2021.

SANTOS, B, P dos. O imperial instituto de Meninos Cegos (1854): uma análise pela historiografia linguística. Niterói, 2020. 118 f.

WINNICOTT, Donald. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.